PROJETO DE LEI N° 006/2020, de 13 de março de 2020.

“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO QUADRO GERAL, AOS PROVENTOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE VALE REAL PARA O ANO DE 2020”.

EDSON KASPARY, Prefeito Municipal de Vale Real, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições Legais e atendendo ao disposto na Lei Orgânica Municipal, encaminha o seguinte:

PROJETO DE LEI:

Art. 1º- O Índice de Revisão Geral da remuneração dos servidores municipais DO QUADRO GERAL incluindo proventos dos aposentados, pensionistas e agentes políticos para o ano de 2020, de que dispõe a Lei Municipal nº 547 de Maio de 2003, Lei Municipal nº 1.103 de Novembro de 2013 e o artigo 37, inciso X da Constituição Federal, será de 5,00% (cinco por cento) a partir de primeiro de março de dois mil e vinte.

Art. 2º- A revisão geral anual prevista no art. 1º aplica-se também ao subsídio do Prefeito, do Vice- Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

Art. 3º A revisão geral anual prevista no Art. 1º não se aplica ao Magistério Municipal nem aos Agentes Comunitários de Saúde que tem seu reajuste garantido por Lei Federal própria.

Art. 4º- As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias constantes da Lei Orçamentária de 2020.

Art. 5º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a contar de 01 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE REAL, aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte.

EDSON KASPARY
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 006/2020

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Senhora presidente,
Senhores vereadores.**

O projeto de lei que ora remetemos para a apreciação desta Casa Legislativa trata da revisão geral anual dos salários, vencimentos e proventos dos servidores municipais de Vale Real do **quadro geral** incluídos aqui proventos dos aposentados, pensionistas e agentes políticos para o ano de 2020.

Aplica-se também o mesmo índice ao subsídio do Prefeito, do Vice- Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores excetuando a aplicação ao Magistério Municipal que tem índices próprios de reajuste garantidos por Lei Federal, mais conhecido por Piso do Magistério e também se excetuam os Agentes Comunitários de saúde com piso salarial próprio instituído pela lei Federal 13.708/2018.

Cabem aqui algumas considerações importantes que justificam o percentual aplicado para 2020:

- CONSIDERANDO o IGPM acumulado dos últimos 12 meses que teve variação entre 7,83%;
- CONSIDERANDO que o IPCA fechou em 4,31%;
- CONSIDERANDO a prudência da Administração Municipal no último ano de mandato;
- CONSIDERANDO a responsabilidade com as contas públicas;
- CONSIDERANDO a instabilidade do atual cenário econômico, a municipalidade considerou que no percentual de 5,00% estaríamos nos parâmetros aproximados aplicáveis para o reajuste.

Além de que administração municipal tem o dever de cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e pelos motivos acima exposto precisa agir de forma razoável para o cumprimento de suas obrigações de acordo com as exigências legais inclusive relacionadas com responsabilidades de final de mandato.

Face a relevância do assunto, solicitamos seja o mesmo apreciado, votado e aprovado em **regime de urgência**.

Atenciosamente,

EDSON KASPARY
Prefeito Municipal